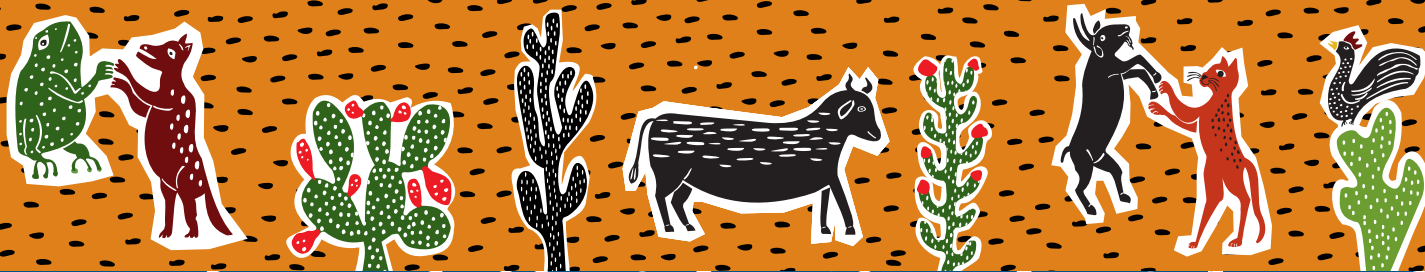


CAATINGA

CLIMATE WEEK



CADERNO DO PARTICIPANTE





Viaje por essas páginas ouvindo vozes
e sons da Caatinga e do Nordeste



CAATINGA

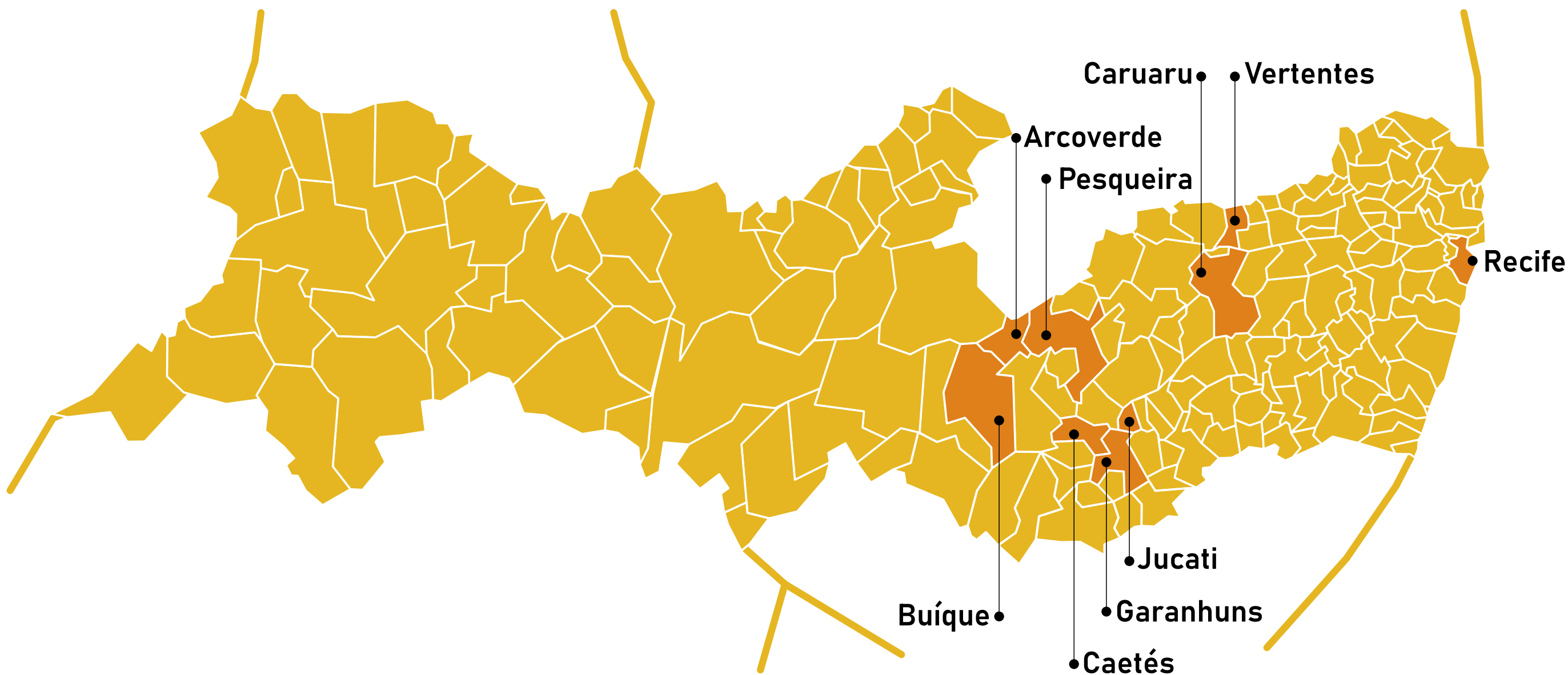


CADERNO DO PARTICIPANTE

2025

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação _____ | 4 |
| Sistemas produtivos da agricultura familiar no Semiárido brasileiro _____ | 6 |
| Tecnologias sociais para a adaptação climática na Caatinga _____ | 11 |
| Caatinga: terra de saberes e confluências _____ | 16 |
| Economias territoriais e a agricultura familiar na Caatinga _____ | 22 |
| As sementes crioulas e a sociobiodiversidade _____ | 27 |
| O desenvolvimento que ameaça: as energias renováveis na Caatinga _____ | 32 |
| Financiamento climático para recuperação da vegetação da Caatinga _____ | 37 |
| Experiências da Caatinga _____ | 41 |
| Programação _____ | 56 |



Uma jornada pela Caatinga

Em setembro de 2024, ao voltarmos da Climate Week em Nova Iorque, lançamos um sonho: abrir uma janela para que o bioma Caatinga pudesse ser visto pelo mundo, não apenas como território de escassez, mas como escola viva de adaptação climática e de justiça social. Agora, esse sonho se transforma em realidade através de muitas mãos e, sobretudo, da esperança de ampliarmos nossa capacidade de inovação e transformação da realidade.

Enquanto as Climate Weeks ao redor do mundo são palcos onde se vai para falar, a Climate Week da Caatinga nasce como um espaço para a escuta. Escutar a terra, as águas, o vento e, principalmente, as vozes dos povos que resistem e reinventam o Semiárido, um lugar onde a natureza co-evoluiu com os humanos. Aqui, as plantas são adaptadas, porque perdem as folhas na estação seca e voltam com toda a força nas primeiras chuvas. Aqui é onde dizemos que “está bonito pra chover”, porque a água é o nosso mais escasso recurso e precisamos cuidar e guardá-la sempre. Aqui, nós falamos diferente, dançamos, comemos, celebramos, porque aprendemos que são as particularidades que nos fazem únicos e mais fortes.

Nesta jornada, vamos percorrer estradas de terra e rodovias, passando por comunidades que, há décadas, resistem e se reinventam diante da seca e, agora, diante da crise climática. Em cada município, de Caruaru a Vertentes, de Serrote dos Bois a Sítio Carneirinho, até a Serra do Ororubá, vamos encontrar famílias agricultoras, povos indígenas e quilombolas e comunidades de mulheres que transformaram a dor em força, e o vento e o sol em símbolos de luta e de esperança.

Será possível ouvir o barulho das turbinas eólicas nas casas rachadas de Caetés, sentir a força do trabalho coletivo das mulheres do Carneirinho, provar o sabor da macaxeira crioula de Serrote dos Bois, e perceber como os povos Xukuru, no alto da serra, vivem a pedagogia de pássaro e didática de árvore, regenerando a mata e cuidando da Terra como curandeiros do futuro.

Vamos partir do Assentamento Normandia, em Caruaru, onde, há 20 anos, o latifúndio virou terra produtiva nas mãos dos agricultores familiares e, hoje, se tornou um centro de formação que leva o nome de Paulo Freire, como lembrete de que “nada é, tudo está

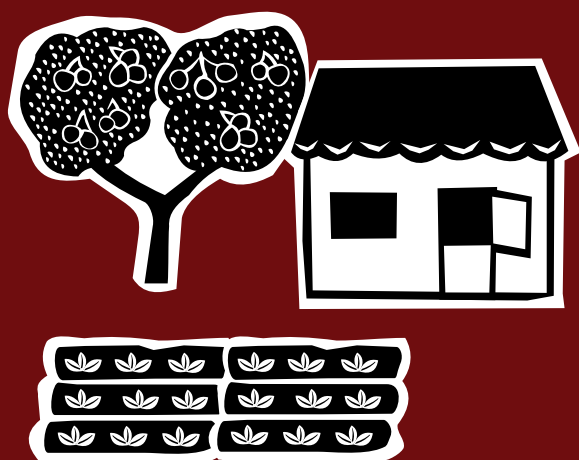
sendo”, como dizia o mestre. Finalizamos nossa jornada no Parque Nacional do Vale do Catimbau, um território indígena que registra mais de seis mil anos de ocupação humana e, neste dia, será casa de diversas etnias indígenas de Pernambuco.

Esperamos que consigamos seguir juntas e conectadas em cada momento da jornada!

Saudações caatingueiras,

Carlos Magno Moraes e Adriana Ramos

Carlos Magno Moraes é Coordenador de Mobilização Social do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; e Adriana Ramos é Secretária Executiva do Instituto Socioambiental.



SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Sistemas produtivos da agricultura familiar no semiárido brasileiro

A Caatinga sempre foi um bioma de grande resiliência, onde os diversos povos do Semiárido agricultores desenvolveram, ao longo dos séculos, práticas adaptativas que lhes permitiram prosperar em meio a condições climáticas extremas.

No passado, a economia local era dominada pela produção de algodão, conhecido como o “ouro branco”. Esse cultivo era realizado em larga escala, em consonância com a pecuária desenvolvida nas grandes fazendas. Paralelamente, as famílias agricultoras, que trabalhavam nessas propriedades, já adotavam sistemas de produção mais diversificados, focados em plantios de sequeiro (dependente do período chuvoso) e também de vazantes (realizados na margem de rios ou açudes durante a estiagem), como milho, feijão e abóbora.

Semelhante ao sistema Milpa, utilizado no México e em outras regiões da América Latina, a integração entre milho, feijão e abóbora é uma prática tradicional que otimiza o uso da terra e dos recursos hídricos. O milho serve de suporte físico para o feijão, enquanto ele fixa nitrogênio no solo e nutre as outras espécies. Já as folhas grandes da abóbora cobrem a terra, ajudando a reter a umidade e a controlar o crescimento de ervas daninhas. Essa técnica não apenas diversifica a produção, como também contribui para a saúde do solo e aumenta a segurança alimentar das famílias agricultoras.

Com o agravamento da crise climática, os cultivos de sequeiro têm se mostrado insuficientes para enfrentar as condições de seca prolongada e o aumento das temperaturas. A intensificação da aridez torna a produção ainda mais desafiadora, exigindo novas formas de abordar a permanência e a produtividade das famílias.

Nesse contexto, os Sistemas Agroflorestais (SAF's) surgem como uma alternativa para a recuperação de áreas degradadas, promovendo a regeneração dos ecossistemas e criando microclimas que favorecem a biodiversidade. Ao integrar espécies nativas com árvores e cultivos produtivos, os SAF's protegem o solo, melhoram a retenção de água e permitem que os agricultores diversifiquem suas fontes de renda e alimentação, ao mesmo tempo em que aumentam a resiliência da terra diante das mudanças climáticas.

A seleção das espécies que integram os Sistemas prioriza as sementes crioulas, transmitidas de geração em geração pelas famílias agricultoras e comunidades tradiciona-

is, pois estão adaptadas às condições climáticas locais e aos ciclos de seca prolongada. A diversidade genética dessas sementes é chave para a resiliência das lavouras frente às variações climáticas, e desempenham um importante papel na soberania alimentar nos territórios, que não precisam depender das sementes comerciais, mantendo o controle sobre seus próprios sistemas produtivos.

No mesmo grau de importância ou até maior que a agricultura, vem a criação de animais na região, como, vacas, cabras, ovelhas, porcos e galinhas, funcionando como uma "poupança viva" para as famílias. Além de uma fonte de proteínas, é também geração de renda e, sobretudo, ocupação do trabalho, porque as famílias "criam os bichos" durante os oito a nove meses em que não chove. Integrados à agricultura, os animais ajudam a manter a fertilidade do solo e reforçar a sustentabilidade do sistema. Todo esse ciclo de produção é administrado através da boa gestão da água, por meio do uso de cisternas para captação da água da chuva e de técnicas de irrigação de baixo custo.

Através desse sistema produtivo, as famílias garantem a segurança alimentar e nutricional, reduzem os impactos da crise climática no solo e fortalecem sua autonomia. O excedente é comercializado em feiras e em mercados institucionais, por meio de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas incentivam a diversificação produtiva e a adoção de práticas agroecológicas, além de fortalecer a economia local e a alimentação de qualidade em setores públicos.

Os sistemas produtivos da agricultura familiar no Semiárido brasileiro são um exemplo de inovação e adaptação em resposta às mudanças climáticas. Ao integrar o conhecimento tradicional, as práticas agroecológicas e novas abordagens, como os sistemas agroflorestais, os povos da Caatinga estão mostrando como é possível viver e produzir de forma sustentável em uma região afetada pela escassez de água e pela desertificação. Esses sistemas são um modelo replicável a nível mundial, oferecendo soluções práticas e resilientes para outras regiões áridas e semiáridas, que enfrentam desafios semelhantes.

Materiais de apoio

Agricultura agroflorestal e criação animal no semiárido

Elaborada em 2010, a cartilha conta com a colaboração essencial de agricultoras e agricultores do Sertão do Pajeú e do Araripe, que, no seu dia a dia, mantêm uma relação harmo-

niosa entre animais, plantas e pessoas, fundamental para a convivência com o Semiárido.

A criação de animais é uma das formas mais antigas de armazenamento e capitalização para os povos do Semiárido. Lamentavelmente, o rápido avanço do agronegócio no Brasil tem provocado o desaparecimento de raças locais adaptadas, substituídas por raças exóticas de alta produtividade, o que resulta em uma destruição genética e ameaça a biodiversidade da criação de animais no Semiárido. Em contrapartida, muitas famílias resistem a esse processo, demonstrando que a Agricultura Familiar continua sendo uma grande guardiã da sociobiodiversidade no Brasil.



Agricultura agroflorestal ou agrofloresta

Este guia tem como objetivo incentivar a implementação de áreas de agricultura agroflorestal, com base nos aprendizados de agricultores e agricultoras familiares acompanhados pelo Centro Sabiá.

A cartilha também reforça a ideia de que uma nova forma de agricultura é possível, promovendo a reforma agrária, o respeito ao meio ambiente, a produção de alimentos saudáveis e a geração de renda para as famílias. A agrofloresta se apresenta como uma alternativa sustentável à agricultura convencional, combinando diversas espécies vegetais que se complementam, enriquecem o solo e permitem uma produção diversificada, saudável e economicamente viável.



Sistemas agroflorestais no Semiárido brasileiro

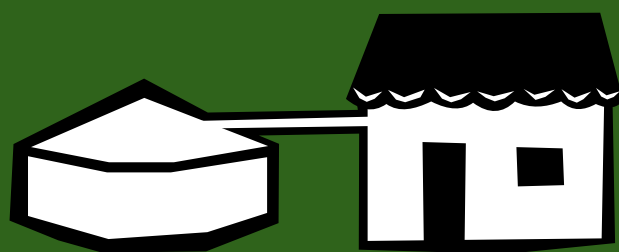
Esta publicação, realizada pelo Centro Sabiá e pelo Caatinga, apresenta os resultados de uma pesquisa participativa realizada em regiões de clima Semiárido em Pernambuco, como o Sertão do Pajeú, o Sertão do Araripe e o Agreste. Famílias agricultoras compartilham como estão adaptando suas práticas agrícolas para lidar com a escassez de água e os efeitos climáticos, ao promover mudanças nas formas de produção, organização e comercialização. Buscou-se desenvolver estratégias de adaptação às mudanças climáticas e combater a desertificação por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). A pesquisa demonstrou que práticas como a produção agroflorestal, o armazenamento de água e a organização em cooperativas e associações têm garantido melhores condições de vida para as famílias agricultoras.



O Nordeste e as lavouras xerófilas

Neste livro, Guimarães Duque enfatiza a peculiaridade da vegetação xerófila, que é a base das lavouras da região da Caatinga, devido a sua adaptação às condições de seca. As espécies de plantas xerófilas desenvolvem raízes profundas, folhas pequenas e caules suculentos, e aproveitam a natureza seca da terra, sem depender de recursos hídricos externos. O autor se tornou uma referência sobre desenvolvimento no Semiárido, ao abordar o potencial da agricultura adaptada à Caatinga, focando nas plantas xerófilas e em como a região não deve ser vista como um todo homogêneo, mas sim um complexo geográfico diverso e rico em soluções agrícolas.





TECNOLOGIAS SOCIAIS
PARA A ADAPTAÇÃO
CLIMÁTICA NA CAATINGA

Tecnologias sociais para a adaptação climática na Caatinga

Apesar de, historicamente, conviverem com condições exigentes, as comunidades locais da Caatinga desenvolveram formas próprias de viver em harmonia com a região, estabelecendo uma relação de respeito às condições naturais (como chuvas irregulares e períodos prolongados de seca), e buscando estratégias de resistência, principalmente agora, com a intensificação das mudanças climáticas.

Essa perspectiva ganhou força com a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede que hoje congrega mais de mil organizações da sociedade civil em todo o Semiárido. A ASA nasceu em 1999, a partir de um movimento das organizações sociais de Pernambuco durante a terceira COP da Desertificação, realizada no Recife. É nesse contexto que a ASA instituiu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, mais conhecido como Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

A Convivência com o Semiárido não se limita à adaptação climática, embora a inclua de forma central, mas aponta para uma nova maneira de compreender e viver o Semiárido: respeitando seus limites naturais, seus ciclos de chuva e seca, e valorizando os saberes e a organização das comunidades que ali vivem.

A cisterna de placas é talvez o exemplo mais emblemático dessa trajetória. Sua origem remonta a um pedreiro do estado de Sergipe que, após migrar para São Paulo e trabalhar na construção de piscinas, teve a ideia de aplicar a mesma lógica para armazenar água de chuva no Semiárido. O resultado foi o primeiro desenho da cisterna redonda de placas pré-moldadas, que depois se transformou em política pública. Esse é o espírito das tecnologias sociais: inovações criadas a partir da sabedoria popular, sem patente, para que possam ser replicadas em qualquer lugar.

O P1MC implementa cisternas de 16 mil litros para o consumo humano (as chamadas “primeira água”), garantindo acesso à água potável para milhões de famílias. Já o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) amplia essa estratégia, instalando cisternas calçadão ou de enxurrada (ou chamadas “segunda água”), com capacidade de até 52 mil litros, voltadas para a produção de alimentos e criação de animais. Essas tecnologias romperam com a lógica de dependência da “indústria da seca”, transformando a água em um direito e não em favor político.

Além das cisternas, outras tecnologias sociais foram desenvolvidas, como o Reúso de Águas Cinzas em Sistemas Agroflorestais (RAC/SAF), que permite filtrar e reutilizar a água doméstica para irrigar sistemas produtivos; as barragens subterrâneas, que armazenam água no subsolo, reduzindo a evaporação; e os sistemas de irrigação por gotejamento, que tornam o uso da água mais eficiente. Todas elas resultam de processos coletivos de experimentação, formação e troca de saberes entre agricultores, técnicos e organizações.

Essas inovações cumprem funções vitais: garantem água, segurança alimentar, geração de renda e autonomia às famílias, com protagonismo especial das mulheres, que são responsáveis pela gestão da água e pelo beneficiamento da produção. Ao mesmo tempo, reduzem desigualdades de gênero e fortalecem o tecido social no campo.

As tecnologias sociais desenvolvidas aqui, portanto, são mais do que soluções técnicas, representam também estratégias de resistência e dignidade diante de séculos de exclusão. Num cenário de intensificação das mudanças climáticas, tornam-se ferramentas centrais de adaptação climática e de justiça social, pois demonstram que um território historicamente associado à escassez pode oferecer respostas criativas e resilientes à crise climática global.

O Semiárido brasileiro tem, hoje, a oportunidade de se colocar no centro do debate internacional como um laboratório vivo de convivência e de adaptação climática, mostrando ao mundo que é possível produzir, viver e resistir de forma sustentável em condições climáticas extremas.

Materiais de apoio

TERRAS DE VIDAS – Reúso de Água e Agrofloresta no Semiárido

O vídeo apresenta as experiências do Projeto Terras de Vidas, que o Centro Sabiá realizou no Semiárido pernambucano, com apoio da Cáritas Alemã. A ação articula sistemas de Reúso de Águas Cinzas (RACs) com os Sistemas Agroflorestais (SAFs) para a melhoria da gestão da água no Semiárido e o empoderamento de famílias e mulheres. Tem muita história e experiência bonita pra conhecer!



Cisterna de placas: construção de tecnologias apropriadas

A cartilha é um guia detalhado que explica como construir uma cisterna de placas de concreto para coletar e armazenar água da chuva. Essa tecnologia é especialmente útil em regiões áridas e semiáridas, onde o acesso à água é limitado e a captação da chuva se torna uma solução viável.

O processo de construção é dividido em várias etapas, incluindo a escolha do local, a escavação, a preparação dos moldes, a fabricação das placas de concreto e a montagem da cobertura. Além de explicar o processo de construção, a cartilha oferece recomendações sobre a manutenção e o uso adequado da água coletada.

A cisterna de placas é uma solução econômica e eficiente para enfrentar a escassez de água, promovendo a resiliência das comunidades rurais diante das mudanças climáticas.



Reúso de Água Cinza em Sistemas Agroflorestais no Semiárido

A cartilha descreve o Sistema de Reúso de Águas Cinzas (RAC) como uma solução prática e eficiente em contextos de escassez hídrica. Amplamente implementado na região da Caatinga com o apoio de organizações como o Centro Sabiá, o RAC promove a irrigação por gotejamento nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), minimizando o desperdício de água e maximizando seu uso na produção agrícola sustentável. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade do solo e garante a cobertura vegetal, essencial para a regeneração do bioma da Caatinga.



Caatinga Guardiã da Água

O texto destaca a importância da Caatinga, um bioma exclusivo do Semiárido brasileiro, para a conservação dos recursos hídricos no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. O bioma regula o ciclo hidrológico ao absorver a água da chuva e recarregar os aquíferos, além de prevenir a erosão do solo. No entanto, o desmatamento indiscriminado e a retirada da vegetação para a agricultura têm prejudicado a disponibilidade de água e a biodiversidade, ressaltando a necessidade de proteger as matas ciliares e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) para garantir a qualidade e a quantidade da água.





CAATINGA:
TERRA DOS SABERES
E CONFLUÊNCIAS

Caatinga: terra de saberes e confluências

A Caatinga é um bioma que possui um diálogo vivo com o clima Semiárido, com condições climáticas exigentes, como as altas temperaturas, irregularidade de chuvas e a ocorrência de secas. Devido a isso, a fauna e a flora, que se desenvolveram nessas condições, se adaptaram. As cactáceas, por exemplo, são símbolos da resiliência da Caatinga, armazenando a água da chuva para manterem-se vivas durante os períodos de estiagem. Já outras espécies perdem suas folhas a fim de economizar água, e por isso, ficam com um aspecto “seco”, que nomeou o bioma de “floresta branca”, traduzindo da língua indígena Tupi-Guarani.

Diferentemente dos biomas do litoral brasileiro, a Caatinga possuía maior resistência às técnicas de cultivo trazidas durante a colonização, sendo desprezada como território improdutivo por muito tempo. Apesar disso, os povos indígenas que vivem milenarmente no bioma germinaram sistemas produtivos adaptados às singularidades da terra, atuando em convivência com a natureza. Até hoje, seus conhecimentos sobre plantas medicinais, plantio consorciado, ciclos naturais e manejo do solo são fundamentais para a preservação das espécies nativas da Caatinga.

A agricultura indígena é parte da floresta, dos seus rituais e encantarias, dialogando com seus modos de vida. Em Pernambuco, vivem mais de cem mil pessoas indígenas, divididas entre as etnias Atikum-Uma, Pankará, Pipipã, Kambiwá, Pankararu, Pankaiwká, Tuxá, Kapinawá, Truká, Fulni-ô e Xukuru, sendo o estado com a quarta maior população indígena do Brasil.

De maneira semelhante, os povos quilombolas aprenderam a conviver com a Caatinga. Os quilombos são comunidades criadas em locais de difícil acesso por grupos que fugiam da escravidão, onde poderiam exercer sua liberdade e cultura, como o Quilombo dos Palmares, que ficava na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Hoje, as comunidades quilombolas são locais demarcados e protegidos por lei (ou deveriam ser), que possuem conhecimentos, saberes e tradições próprias.

A história dos Quilombos são verdadeiros exemplos de resiliência e adaptação climática. Ao contrário dos colonizadores, que tentavam impor suas técnicas e cultura à força, as pessoas que vieram escravizadas para o Brasil tiveram que se adaptar a novas

línguas, costumes e modos de produção. Entretanto, a partir dos seus conhecimentos, advindos de etnias variadas do continente africano, como os povos bantu, nagô e yorubá, a produção de alimentos floresceu em sintonia com a natureza. Segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022, existem mais de 78 mil quilombolas em Pernambuco, tornando-o o quinto estado do Brasil com maior população.

A ocupação da Caatinga por outros povos aconteceu após a primeira metade do século XVII, quando o domínio dos povos indígenas foi diminuindo, à medida em que a busca por minerais preciosos, a expansão da pecuária e a ocupação holandesa no litoral forçam a migração do litoral para o Sertão.

Com a expansão da pecuária no Semiárido, para abastecer os centros urbanos e o circuito interno do mercado açucareiro, a Caatinga também passou a ser ocupada por camponeses interessados em produzir alimentos para consumo familiar. Desenvolveu-se um tripé econômico baseado na pecuária, algodão e agricultura de subsistência, no qual os trabalhadores utilizavam as terras dos grandes latifundiários. A predominância desse sistema produtivo começou a desmoronar na década de 1990, quando uma praga destruiu as plantações de algodão e a seca desestruturou a colheita dos pequenos agricultores.

Até 1970, a maior parte da população brasileira estava localizada no campo, porém, com o avanço da industrialização, um forte êxodo rural foi incentivado. Atualmente, 87% da população brasileira vive nos centros urbanos, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022, e esse número cresce cada vez mais, gerando preocupação sobre a sucessão rural no campo.

Embora as tradições e costumes camponeses, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais estejam ameaçados, estes povos resistem ao apagamento cultural e político através da união de esforços. O sentido do compartilhamento é comum, como no protesto contra a expansão das eólicas no Semiárido em fevereiro de 2025, por exemplo. No episódio, indígenas, camponeses e quilombolas organizaram uma ocupação na sede da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), em Recife, exigindo uma regulamentação mais rígida da instalação das eólicas e a revogação das licenças de parques eólicos da região Agreste do estado.

Todas essas comunidades estão em confluência, trocando experiências e se engajando em lutas comuns, em prol do bem viver de todos os povos da Caatinga. A confluência é um termo utilizado pelo pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, ou Nêgo Bispo, que define o compartilhamento entre diferentes comunidades sob a égide do respeito e da

diversidade. Segundo o autor, a individualidade de cada povo não deve ser ignorada, pois a convivência das diferentes singularidades fortalece os encontros, de forma que se estabelece uma comunicação contracolonial, contrária à homogeneização colonialista.

Através dos encontros e intercâmbios, as comunidades tradicionais do Semiárido trocam técnicas, saberes, sementes e lutas, fortalecendo a defesa de seus territórios, criando uma relação profunda com as singularidades da Caatinga. Elas sabem que o “problema” da região é político, e não climático: com as políticas certas é possível conviver e viver com abundância na Caatinga.

Por meio da luta camponesa e das comunidades tradicionais, muitos dos conhecimentos utilizados nestes territórios foram reconhecidos como políticas públicas e replicados em todo o bioma, como as cisternas, o plantio consorciado e o compartilhamento de sementes crioulas. A Caatinga é território de resiliência e adaptação climática, os saberes guardados por seus povos possuem um enorme potencial de ensino para o resto do mundo sobre como lidar com a escassez de água, respeitando a terra e produzindo alimentos e arte a partir dela.

Materiais de apoio

Meu povo conta - Kapinawá

Kapinawá – Meu Povo Conta é um mergulho na vida, nas memórias, nas crenças e nas tradições do povo Kapinawá, território indígena de Pernambuco. O documentário dá voz a lideranças, cantores e membros da comunidade, mostrando tanto as dores quanto a resistência desse povo diante de desafios históricos e contemporâneos.



O Encontro de Sábios/as nas memórias e identidades do povo Xukuru do Ororubá

Neste artigo da Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, João Luiz da Silva Vieira descreve e interpreta as relações entre as memórias e a identidade do povo indígena Xukuru do Ororubá, utilizando da história oral para registrar as narrativas que representam a vida dos sujeitos e suas concepções de natureza. Os discursos foram observados no Encontro de Sábios/as da Natureza – Longy-abaré, que ocorre anualmente no território indígena, localizado no estado de Pernambuco, com o objetivo de compartilhar os saberes com o povo, sobretudo aqueles ligados à agricultura. O material externa a memória biocultural e a identidade coletiva dos indígenas, fortalecendo os laços que eles possuem com o seu território.



Confluências - Antonio Bispo

Registro poeticamente filosófico sobre o entendimento de mundo do grande pensador quilombola Antônio Bispo da Comunidade quilombola Saco, de São João do Piauí. Mestre Bispo faz confluir aldeias, quilombos e favelas por meio de suas reflexões. A partir das imagens captadas pela produtora Do Morro, o vídeo imerge no dia a dia do seu personagem, relacionando as imagens às palavras e pensamentos dele.



Documentário Conviver

O Semiárido brasileiro já não é mais aquele da pobreza extrema, do balde d'água na cabeça, do êxodo rural. Ao invés de tentar combater a seca, os habitantes do Semiárido aprenderam a conviver com a região e viver com qualidade. Esse novo cenário, conquistado através da luta e da resistência camponesa, é uma realidade de autonomia, geração de renda e segurança alimentar e nutricional. A prosperidade se mostra nas cores dos frutos da terra, no sorriso das pessoas e na conquista dos direitos por meio da resiliência do seu povo.





ECONOMIAS TERRITORIAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR NA CAATINGA

Economias territoriais e a agricultura familiar na Caatinga

As economias territoriais desempenham um papel central na sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais da Caatinga. Eles surgem como uma forma de viabilizar a comercialização de produtos agroecológicos, criando espaços de venda direta que fortalecem tanto a economia local, quanto a autonomia dos agricultores familiares.

Na Caatinga, a tradição da comercialização direta por parte dos agricultores é antiga, ocorrendo em feiras livres, mercados locais e nas próprias comunidades. O município de Caruaru, por exemplo, nasceu como um entreposto de mercadorias entre o sertão e o litoral. Esses mercados territoriais, como as feiras agroecológicas, promovem uma relação mais próxima entre produtor e consumidor, garantem uma conexão mais profunda com o território e a cultura local e uma remuneração justa aos agricultores, ao eliminar a necessidade de intermediários.

Além das feiras, a construção social de mercados ampliou as oportunidades para os agricultores, agregando valor aos produtos locais e fortalecendo cadeias curtas de comercialização. Esse processo envolve o desenvolvimento de práticas colaborativas que engajam diferentes atores do território, como cooperativas, associações de produtores e consumidores conscientes, criando mercados solidários que priorizam o desenvolvimento local.

Através do engajamento coletivo, as agricultoras e agricultores conseguem acessar políticas públicas de investimento rural e mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Eles oferecem um canal seguro de comercialização para os agricultores familiares, que podem vender alimentos diretamente ao governo, abastecendo escolas, hospitais e outras instituições públicas. Esses programas não apenas garantem a compra de produtos agroecológicos, como também incentivam práticas sustentáveis, ajudando a consolidar a agroecologia como um modelo de produção viável e benéfico para o clima.

A articulação dos mercados territoriais, contudo, não se limita apenas à comercialização de produtos, seu impacto reflete diretamente na prosperidade dos territórios. Ao promover a circulação de renda dentro das comunidades, esses mercados impulsionam o bem viver e contribuem para a segurança alimentar e nutricional do território, pois incenti-

vam a produção e o consumo de alimentos saudáveis e diversificados.

As economias territoriais também favorecem o empoderamento das famílias agricultoras, especialmente de mulheres e jovens, que encontram nesses espaços uma oportunidade de protagonismo e autonomia. Diante desse contexto, a resiliência das comunidades é fortalecida, uma vez que se tornam mais auto suficientes e passam a depender cada vez menos de mercados externos.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos para consolidar e ampliar os mercados territoriais na Caatinga. A falta de infraestrutura adequada, as dificuldades de transporte e o acesso limitado a políticas públicas são alguns dos obstáculos enfrentados pelos povos da Caatinga, que seguem resistindo e lutando pela permanência nos seus territórios, com qualidade de vida, bem-estar e bem viver.

Materiais de apoio

A Experiência com Comercialização Agroecológica

Esta publicação apresenta a experiência de construção participativa de espaços de comercialização agroecológica realizada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. O foco está nos Espaços Agroecológicos do Recife (Graças e Boa Viagem) e na Feira de Serra Talhada, referências regionais na estruturação de redes de comercialização de produtos agroecológicos.

Cada experiência é descrita nas suas particularidades, em relação aos resultados e desafios que enfrentam. Também são apresentados os depoimentos de técnicos(as) e agricultores(as) que assessoram e participam das feiras, acumulando conhecimentos, vivências e a geração de renda sustentável.



Sistematização da Experiência com Comercialização Agroecológica

Essa dinâmica de sistematização inclui detalhes das vivências nas feiras da cidade de Serra Talhada e dos bairros das Graças e Boa Viagem, na cidade do Recife. O objetivo do documento é contribuir com outras iniciativas de comercialização agroecológica; subsidiar o debate, a reflexão e o aprendizado a partir da perspectiva institucional do Centro Sabiá; e socializar as questões levantadas com agricultores e agricultoras, assim como com suas organizações.

Por meio do mapeamento de experiências anteriores, desafios, avanços, potencialidades e enfrentamentos, a sistematização tornou-se uma ferramenta importante para o fortalecimento da implementação das feiras agroecológicas em Pernambuco.



Cuidados com a Criação de Cabras e Ovelhas

O Fundo Rotativo de cabras e ovelhas tornou-se uma ferramenta poderosa de organização da juventude camponesa do Polo da Borborema, no Agreste da Paraíba. Por meio dos Fundos Rotativos, os jovens promovem sua auto-organização, geram renda e conquistam autonomia.

Para melhorar a criação dos animais, foram realizados seminários, oficinas e visitas para debater os problemas sanitários mais comuns nos rebanhos dos jovens criadores. Nesta cartilha, busca-se apresentar de forma lúdica os principais aprendizados desses encontros.



Alimentos Agroecológicos - Um Encontro com Qualidade de Vida

Os conhecimentos apresentados nesta publicação abrangem temas como a produção agropecuária convencional e a fome no Brasil e em Pernambuco, a segurança alimentar por meio de sistemas de produção agroecológicos, estratégias para a produção de alimentos saudáveis e o papel das mulheres na alimentação familiar.

É dever do Estado garantir o direito de todas as pessoas a uma alimentação saudável. No Brasil, isso significa ter acesso a alimentos nutritivos, de qualidade, em quantidade suficiente e livres de contaminantes. Para que isso aconteça, é fundamental ter terra e água para produzir alimentos, respeitando as tradições culturais, além de assegurar formas justas de comercialização.





AS SEMENTES CRIOULAS E A SOCIOBIO DIVERSIDADE

As sementes crioulas e a sociobiodiversidade

A seleção de sementes com características desejadas pelo ser humano teve início com a domesticação de plantas e animais, por meio do melhoramento genético tradicional. Realizado por agricultoras e agricultores ao longo de milênios, esse processo sempre demandou conhecimento, dedicação e trabalho. Como resultado, seus saberes e materiais foram transmitidos através das gerações e continuam vivos até hoje nas práticas de comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

A escolha dessas sementes prioriza plantas adaptadas ao ambiente, gerando materiais mais resilientes, produtivos e menos dependentes de insumos externos, o que confere maior autonomia produtiva. Já a seleção feita por empresas, é realizada em condições controladas de ambiente, clima, água, solo, busca homogeneidade, alta produtividade e resistência a doenças, mas exige altos custos com insumos, irrigação e tecnologias.

Além disso, a seleção das sementes crioulas utiliza técnicas derivadas da observação dos padrões da natureza, como as chuvas, dinâmicas de colheitas e hábitos de insetos, uma prática comum em comunidades rurais, indígenas e quilombolas. O cuidado dessas populações com a estocagem das sementes nos possibilitou a preservação do patrimônio genético e biodiversidade local, ajudando na conservação e manutenção das espécies da Caatinga ao longo dos séculos. A importância desse processo foi, inclusive, reconhecida pela Convenção sobre Diversidade Biológica e pelo Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), cujo documento final foi incorporado à legislação brasileira pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

Apesar do reconhecimento, as sementes crioulas vêm sendo ameaçadas desde a Revolução Verde, nos anos 1960, pela ideia de modernização agrícola. Por causa disso, as variedades tradicionais são rebaixadas à condição de grãos, e substituídas por sementes desenvolvidas em laboratório, ditas “melhoradas”, mas que não estão adaptadas às peculiaridades de cada região, prejudicando a autonomia dos agricultores em relação a insumos agrícolas. Testes comparativos entre sementes crioulas e comerciais – como feijão-de-corda e milho – mostram que as variedades crioulas frequentemente superam as comerciais em termos de adaptabilidade e produtividade, especialmente em condições adversas de cultivo.

Além das sementes vegetais é fundamental destacar a importância da conservação de raças de animais adaptados à região, pois esses animais são mais resistentes a doenças e

tem uma alta variabilidade genética o que confere ainda mais biodiversidade ao bioma.

As sementes crioulas vegetais ou animais estão fundamentadas nas culturas de cada comunidade, ao mesmo tempo fazendo parte e sendo influenciada por elas. Devido a isso, a guarda e o cultivo das sementes são trabalhos historicamente comunitários, com participação ativa das mulheres e das juventudes. A defesa da conservação das variedades tradicionais é um processo vivo, constituído por fluxos coletivos, como feiras de trocas e agroecológicas, espaços de intercâmbios e participação em redes. Através desses compartilhamentos, os materiais permanecem vivos e movimentam também a troca de conhecimentos associados, que são tão relevantes quanto a semente em si.

Através das feiras, associações, bancos de sementes e encontros de trocas, as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas acessam informações, reflexões e articulam espaços de mobilização e organização social. Assim, as sementes crioulas representam não só a conservação de uma biodiversidade local, mas de um modo de vida sustentável e resiliente, capaz de resistir às mudanças climáticas, ao avanço das indústrias sobre os territórios e ao uso de insumos agrícolas maléficos para o solo.

Com efeito, são sementes de autonomia, traço constitutivo da identidade dos povos da Caatinga. Elas não podem, portanto, ser reduzidas à categoria de meros insumos produtivos.

Materiais de apoio

Casas e campos de Sementes na produção de alimentos

A cartilha oferece informações sobre as sementes crioulas, incluindo o que são, um breve histórico das iniciativas envolvendo essas sementes no Nordeste do Brasil, resultados de testes comparativos entre sementes crioulas e comerciais, um resumo de quatro experiências apoiadas pelo Centro Sabiá, e reflexões extraídas dessas sistematizações.

O guia defende a preservação do conhecimento agrícola entre gerações, promove a autonomia dos agricultores na gestão e conservação de suas próprias sementes e fortalece sua participação em redes de troca de sementes, que são vitais para a manutenção da diversidade genética. Também aborda desafios importantes – como a sobrecarga desigual do trabalho agrícola sobre as mulheres – e enfatiza a importância de uma divisão mais equilibrada das responsabilidades domésticas.

Este material busca inspirar e apoiar políticas públicas que reconheçam e valorizem as sementes crioulas, fundamentais para a agricultura familiar e essenciais para a construção de um futuro mais sustentável e justo.



Semente da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no Semiárido

Na agricultura, uma semente é muito mais do que apenas um insumo. Como portadora de “mensagens” biológicas e socioculturais transmitidas ao longo de gerações, ela é o principal recurso regenerativo para a sustentação da produção agrícola. Mais do que um simples meio de produção, a semente simboliza a capacidade autônoma dos agricultores de reproduzir seu modo de vida.

Na região do Agreste do estado da Paraíba, essas sementes são conhecidas como Sementes da Paixão. Por trás desse símbolo poderoso, estão estratégias complexas desenvolvidas por famílias agricultoras para preservar um rico patrimônio genético que elas mesmas protegem.

Esta publicação destaca o trabalho de organizações da agricultura familiar no Agreste paraibano no fortalecimento de estratégias tradicionais de conservação de sementes. Seus esforços contrastam com as políticas públicas dominantes, evidenciando que qualquer estratégia eficaz de conservação da biodiversidade agrícola deve também envolver a revitalização da diversidade sociocultural das comunidades rurais.



Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano

O livro é resultado da sistematização do seminário homônimo, realizado em 2012 na cidade de Lagoa Seca, no estado da Paraíba. O evento teve como objetivo a socialização dos resultados de pesquisas sobre o desempenho de sementes de milho e feijão nas condições da agricultura familiar camponesa no Semiárido; das experiências de manejo comunitário da agrobiodiversidade; e a elaboração de diretrizes para a continuidade de programas de pesquisa em agroecologia, em conjunto com comunidades e organizações da agricultura familiar camponesa.

Organizado pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), em parceria com o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Tabuleiros Costeiros), a obra ressalta a importância da conservação da agrobiodiversidade adaptada ao clima Semiárido, através da criação de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) e de políticas públicas de preservação das variedades genéticas.





O DESENVOLVIMENTO
QUE AMEAÇA:
AS ENERGIAS RENOVÁVEIS
NA CAATINGA

O desenvolvimento que ameaça: as energias renováveis na Caatinga

A colonização do território brasileiro ficou, por muito tempo, concentrada exclusivamente no litoral do Nordeste, devido à economia da cana-de-açúcar. O interior do país, chamado de Sertão, era pouco explorado por dois motivos principais: por possuir um clima mais seco e, consequentemente, não permitir o avanço dos canaviais; e pela resistência dos povos indígenas, que conheciam o território e dificultavam a passagem com ajuda da floresta seca da Caatinga.

No começo do século XX, a Caatinga foi enquadrada em uma narrativa de território pouco produtivo, tanto em relação à terra quanto aos seus habitantes, vistos como incapazes de desenvolver conhecimentos e tecnologias. Esta concepção foi criada politicamente pelas elites locais, interessadas em atrair recursos públicos federais para seus territórios, e reforçar seu poder fundiário. Além disso, a ausência de uma infraestrutura adaptada ao clima Semiárido, resultou em uma realidade de pobreza e alta desigualdade social.

A visão negativa sobre a Caatinga ainda é muito difundida nacional e internacionalmente, apesar de os povos do Semiárido demonstrarem continuamente seu potencial resiliente e criativo. No contexto de mudanças climáticas, a permanência desse estigma impede a discussão e criação de políticas de proteção ao bioma contra a predação por empresas, a degradação e a desertificação.

Os empreendimentos de energias renováveis são alternativas imprescindíveis para a redução da emissão de gases de efeito estufa. No entanto, seu avanço desordenado e sem regulamentação ambiental rigorosa comprometem a legitimidade da sua proposta inicial: ser uma fonte de energia com poucos impactos no meio ambiente.

Segundo o relatório da Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena), em 2024, o Brasil foi o quarto maior mercado em instalação de energia renovável no mundo, utilizando cerca de 88,2% de fontes limpas em sua matriz energética. A principal fonte de energia é a hidrelétrica, mas a eólica e a solar vêm se expandindo cada vez mais, principalmente no Nordeste brasileiro, por possuir bons ventos e muita incidência solar. Cerca de 80% dos parques eólicos, por exemplo, estão localizados nessa região, do litoral ao Semiárido.

Atualmente, o estado de Pernambuco é o sexto maior produtor de energia eólica no Brasil. Por aqui, os parques já foram implementados próximo a comunidades rurais e indígenas, sem uma legislação específica que determine a distância das turbinas para as moradias, ou fiscalize a manutenção delas. Os relatos trazem similaridades: as empresas chegam nos territórios prometendo avanços econômicos na região e retorno financeiro para as pessoas que cedem terras para as instalações. Em troca, as comunidades assinam contratos de forma arbitrária sem o devido conhecimento, perdem o acesso a algumas políticas sociais, e passam a sofrer com o barulho dos geradores e se desorganizam com conflitos internos.

De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, do MapBiomas, mais de 3 mil hectares da Caatinga foram desmatados por empreendimentos de energia renovável no ano de 2024. Além disso, a poluição sonora causada pelas turbinas gera danos graves para a saúde de todos os seres que vivem próximos. Nos seres humanos, quadros de ansiedade, depressão e perda de audição são comuns, enquanto os animais se afastam dos seus habitats, se machucam devido ao estresse e têm suas vidas prejudicadas. Esse cenário demonstra o impacto no equilíbrio do ecossistema e dos modos de vida de pessoas, plantas e animais.

Os dados nos levam a questionar a real legitimidade do termo “energia limpa”. Afinal, é possível considerar um empreendimento “limpo” apenas porque não emite gases poluentes, mas altera e danifica completamente o ambiente ao seu redor? A realidade que observamos é um modelo de instalação que não corresponde ao objetivo principal da transição energética: a sustentabilidade. A impressão que fica é que a Caatinga continua a ser tratada como um bioma sem vida e potencial, onde é possível realizar qualquer tipo de alteração sem considerar os impactos à terra e aos seus moradores.

No Brasil, cada estado é responsável pela própria legislação referente às iniciativas de energia renovável. Em Pernambuco, o licenciamento para a instalação de eólicas é feito através da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH), em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a nível federal. A CPRH precisa emitir três licenças para autorizar o funcionamento dos parques: a prévia, a de instalação e a de operação. Cada uma exige uma série de estudos e comprovações do impacto no meio ambiente, mas a depender do tamanho do empreendimento ou da sua importância política, esses estudos são dispensados ou pouco considerados.

A ausência de políticas mais rigorosas facilita acordos desonestos entre empresas e as comunidades, com aval dos governos municipais e estadual. Foi o caso dos parques

instalados em Venturosa e Caetés, que tiveram suas licenças renovadas após 10 anos de efeitos negativos para as comunidades, entre problemas psicológicos, queda na produção e quebra das hélices.

As fontes de energia renovável são fundamentais para nossa jornada em busca de um futuro sustentável, porém, sua implementação precisa estar em conformidade com o conceito de Justiça Climática. Boa parte dos parques eólicos do Nordeste enviam a energia gerada para outros estados do Brasil, ou seja, as comunidades não aproveitam desse recurso. Assim, as pessoas que mais sofrem com as mudanças climáticas, também estão na linha de frente pela sua mitigação, sofrendo impactos para mudar uma realidade da qual não são responsáveis.

É preciso debater formas de avançar com a transição energética no Brasil, mas respeitando os territórios e os seus viventes. O Semiárido possui muito potencial para a geração de energia limpa, entretanto seu avanço não pode ser condicionado pela ótica de um território sem vida. A lei do progresso não pode mais imperar sobre a qualidade de vida e dignidade dos povos. Essa perspectiva desmata, fere a fauna, adoece as populações e reforça as desigualdades sociais.

Materiais de apoio

Impactos Ambientais: Energia Eólica

A cartilha narra uma história em quadrinhos sobre como os parques eólicos avançam sobre os territórios e afetam a vida das famílias agricultoras. Elaborado pela Cáritas Diocesana de Pesqueira, o material é fruto do projeto “Os caminhos do Vento, Impactos Socioambientais da Energia Eólica”, cujo objetivo é informar e mobilizar comunidades rurais, sindicatos e sociedade civil sobre os prejuízos causados pela implantação desses empreendimentos.



"Tava eu na minha aldeia, pra quê mandou me chamar?": uma investigação autoetnográfica da resistência Kapinawá na preservação dos direitos territoriais e identitários diante da exploração de energia eólica

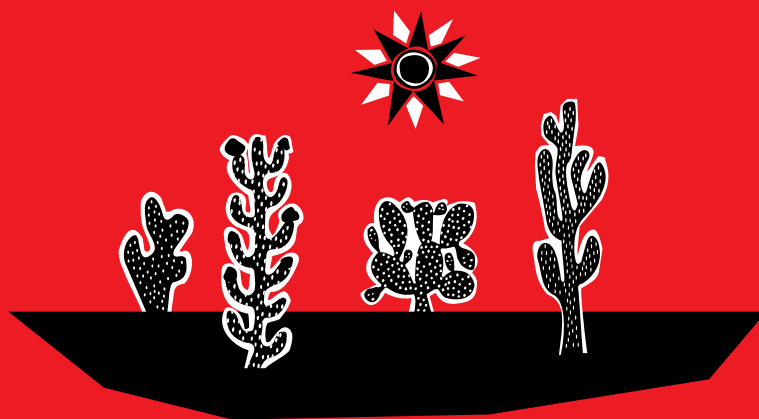
Atravessado pela imersão contínua na realidade do Povo Kapinawá, indígenas do Agreste pernambucano, o artigo de Aylla de Oliveira reflete sobre as práticas e desafios enfrentados na defesa dos direitos territoriais e culturais dos povos tradicionais. Em contrapartida a todo o discurso institucional de proteção desses modos de vida, a instalação de parques eólicos em territórios indígenas, como os dos Kapinawá, levanta sérios questionamentos sobre a integridade ambiental e cultural das regiões afetadas. Essa desconexão revela a necessidade de uma abordagem que respeite e proteja os direitos e a identidade dos povos tradicionais.



O drama das famílias que vivem embaixo de torres de energia eólica na cidade de Lula

Nesta reportagem da BBC News Brasil, famílias agricultoras de Caetés relatam uma série de consequências da instalação de parques eólicos perto de suas casas, como problemas de audição por conta do barulho, sustos com a sombra das torres e aumento da medicação para insônia e ansiedade. Além disso, contratos assinados com as empresas duram até 49 anos e dificilmente podem ser quebrados pelos moradores.





FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO DA CAATINGA

Financiamento climático para recuperação da vegetação da Caatinga

Por Rafael Giovanelli, Instituto Escolhas

Com o agravamento da crise climática e o avanço do desmatamento, as secas na Caatinga têm sido cada vez mais frequentes e intensas. Mais de 60% das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil estão no bioma, que já teve cerca de 40% da sua vegetação nativa destruída. Quanto mais se desmata a Caatinga, mais desprotegidos ficam os recursos hídricos, mais fácil a evaporação da água e mais acelerados se tornam os processos de desertificação. Recentemente, o município de Chorrochó (BA) se tornou a primeira região árida do país, com um clima quase desértico.

Frente a esse cenário de risco, a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em assentamentos da reforma agrária surge como uma das estratégias mais eficazes para conciliar conservação ambiental, produção de alimentos e geração de empregos. Estudos recentes do Instituto Escolhas mostram importantes passivos de vegetação no entorno de rios, nascentes e reservatórios, áreas críticas para a segurança hídrica das comunidades rurais. Como os assentamentos têm a titularidade, em geral, definida, o caminho para a recuperação das áreas é mais direto.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) autoriza que pequenos produtores e assentados façam essa recuperação por meio de sistemas agroflorestais (SAFs), integrando árvores nativas, frutíferas e cultivos agrícolas. Essa técnica tem dupla função: recompor a vegetação e, ao mesmo tempo, garantir colheitas diversificadas, fortalecendo a segurança alimentar das famílias e a economia local.

De acordo com o Instituto Escolhas, nos assentamentos do Ceará, a recuperação de 15 mil hectares de APPs poderia gerar 66,4 mil empregos, produzir 3,6 milhões de toneladas de alimentos e remover 2,5 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera. Em Pernambuco, a restauração de 10 mil hectares nas margens de rios tem potencial de criar 48 mil empregos, produzir 2,8 milhões de toneladas de alimentos e remover 815 mil toneladas de CO₂. No Rio Grande do Norte, seriam 11,5 mil hectares recuperados, resultando em 50,4 mil empregos, 3 milhões de toneladas de alimentos e a remoção de 843,5 mil toneladas de CO₂.

Esses números revelam que a restauração produtiva das APPs é capaz de articular

três eixos centrais para o Semiárido: água, alimento e emprego. Além disso, a adoção dos SAFs gera outros benefícios extremamente relevantes, como a proteção contra erosão, a regulação da temperatura local e a melhoria da infiltração de água no solo.

Os investimentos necessários para tornar esses projetos realidade são significativos, mas o retorno líquido supera amplamente o aporte inicial. Mais uma vez, segundo os estudos do Instituto Escolhas, no Ceará, o custo estimado de R\$ 1,33 bilhão em 30 anos pode render R\$ 3,78 bilhões em receitas líquidas. Em Pernambuco, o investimento de R\$ 1 bilhão ao longo de três décadas teria retorno de R\$ 3 bilhões. No Rio Grande do Norte, o resultado projetado é de R\$ 3,27 bilhões, quase três vezes o valor aplicado. Para a recuperação de todo o passivo de vegetação na região Nordeste, especialmente na Caatinga, estima-se um investimento de R\$ 15,1 bilhões, com retornos de R\$ 29,7 bilhões. Esse modelo de restauração produtiva deve ser entendido como política de desenvolvimento regional sustentável, capaz de dinamizar cadeias produtivas locais, fortalecer mercados de alimentos e contribuir para a redução das desigualdades sociais.

A efetividade dessa agenda depende de instituições financeiras e políticas públicas estruturadas. Em 2025, o Banco do Nordeste (BNB) triplicou os recursos destinados à recuperação de áreas degradadas, destinando R\$ 100 milhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) apenas para esse fim. Essa ampliação foi resultado direto da atuação do Instituto Escolhas no tema. Além disso, neste mesmo ano, o Banco lançou o Edital Fundo Sustentabilidade, destinando R\$ 15 milhões não reembolsáveis para projetos de recuperação da vegetação do bioma.

As iniciativas são importantes e apontam na direção correta, mas ainda estão aquém dos montantes necessários para fazer frente ao colossal desafio que temos pela frente. Enquanto as rubricas do banco estão na ordem dos milhões, o investimento que a Caatinga precisa está na casa dos bilhões. E o próprio BNB poderia fazer mais, afinal, a programação do FNE só para o ano de 2025 foi estimada em R\$ 47,2 bilhões, havendo amplo espaço para ampliar o financiamento de projetos voltados à Caatinga.

Outras iniciativas federais se juntam a essas, como o programa Sertão Vivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com cerca de R\$ 550 milhões em aportes para práticas agrícolas resilientes e a restauração de ecossistemas degradados no semiárido da Bahia e do Ceará. Outro exemplo foi o 2º Leilão do EcolInvest, programa de blended finance do Tesouro Nacional, que visa atrair capital privado para a recuperação de áreas degradadas e que exigiu a destinação de 10% do R\$ 1,4 bilhão captado para a Caatinga. A exigência de destinação específica para a Caatinga também foi resultado direto

da atuação do Instituto Escolhas.

Nesse contexto, o desafio é aumentar essas cifras e manter um fluxo financeiro constante ao longo das próximas três décadas, para que os projetos de recuperação da vegetação – que duram cerca de 30 anos – possam chegar à maturidade. Além disso, é preciso capacitar trabalhadores rurais, gestores públicos, pesquisadores etc, para que possam desenvolver e implementar esses projetos consistentes.

Portanto, são duas frentes importantíssimas que precisam ser fortalecidas: de um lado, aumentar os investimentos públicos e privados para a recuperação da Caatinga, com investimentos permanentes até meados deste século; de outro, seguir capacitando a sociedade e o poder público para que os recursos sejam bem utilizados, o que pressupõem habilidades para desenvolver e implementar projetos, incluindo assistência técnica para as famílias do campo.

Do ponto de vista normativo, tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 1990/2024, já aprovado no Senado, que cria a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga. A proposta prevê a criação de instrumentos que tornem mais eficazes os esforços de governos e do setor privado no replantio de áreas degradadas. Sua aprovação é estratégica para transformar experiências pontuais em uma política permanente e de escala nacional.

Um dos caminhos para enfrentar os efeitos adversos da emergência climática sobre a Caatinga e a sua população é o investimento na recuperação das APPs, especialmente em assentamentos da reforma agrária do Nordeste. Para isso, precisamos garantir a permanência das políticas públicas, um canal de investimento constante e em cifras adequadas e capacitação técnica para que a sociedade e o poder público possam desenvolver e implementar projetos eficazes.

Essa estratégia alia proteção ambiental, combate à desertificação, produção de alimentos e geração de renda. Com apoio institucional, financiamento adequado e participação das comunidades locais, a recuperação da Caatinga pode se tornar não apenas uma resposta à crise climática, mas também uma estratégia de desenvolvimento sustentável e justiça social para o Nordeste e para o Brasil.

O Instituto Escolhas desenvolve estudos e análises sobre temas fundamentais para o desenvolvimento sustentável, trazendo dados inéditos e abordagens inovadoras dos principais desafios socioambientais.

EXPERIÊNCIAS DA CAATINGA



Darliton Silva

Entre agulhas e enxadas: a colheita das mulheres de Carneirinho

Fruto da união e resiliência de mulheres agricultoras, a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Sítio Carneirinho surgiu da necessidade delas de retorno ao trabalho no campo.

A comunidade rural do Sítio Carneirinho, do município de Caruaru, está localizada na região Agreste do Semiárido pernambucano. A ocupação deste território, cujo bioma é a Caatinga, começou na década de 1920, por agricultores familiares que cultivavam milho, feijão e algodão. No entanto, o modo de vida destas famílias foi alterado pela chegada da Indústria Têxtil, na década de 1990, em Caruaru.

Na época, as comunidades rurais, que estavam com pouca produção devido às secas constantes, encontraram condições para sobreviver nos trabalhos de costura.

Lentamente, a agricultura foi sendo substituída pelas linhas e agulhas, em rotinas exaustivas, que duravam o dia inteiro, sem folgas, férias ou tempo para se alimentar com qualidade.

Em 2019, Rizonia e Amanda Alves, mãe e filha agricultoras, reuniram cerca de 12 mulheres do Sítio Carneirinhos para discutir a criação de uma associação, com o objetivo de elaborar projetos para retomar a produção agrícola com maior foco e geração de renda, fazendo um trabalho coletivo.

Atualmente, 32 mulheres fazem parte da Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Sítio Carneirinho, registrada oficialmente apenas em 2023, devido aos processos burocráticos e financeiros necessários para a regularização. Neste mesmo ano, as mulheres agricultoras conquistaram uma cadeira no Conselho de Desenvolvimento Rural de Caruaru, onde tiveram acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município. E em 2024, já com o número de associadas maior, a Associação conseguiu acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Através do PAA e PNAE, as mulheres conseguem vender seus produtos para escolas, repartições públicas e entidades socioassistenciais, garantindo a distribuição de alimentos saudáveis para a população e gerando renda para as comunidades locais. Entre os alimentos plantados e vendidos por elas estão o milho, jerimum, frango de corte, frango caipira, carne bovina, melancia, coentro e pimentão.

Por outro lado, outros alimentos que não entram nos programas, como ovos, bucha-da, doces e carne de bode, são levados para a Feira da Agricultura Familiar de Caruaru. As feiras são fundamentais para a circulação da economia territorial, bem como para a sociabilidade e troca de sementes crioulas e animais entre os comerciantes.

A partir da resiliência feminina frente ao avanço das mudanças climáticas e da lógica da indústria têxtil, a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Sítio Carneirinho possibilitou o retorno das famílias à agricultura e à alimentação de qualidade. Essas mulheres contribuem com o consumo de produtos agroecológicos pela comunidade, cuidam da terra, em convivência com as particularidades da Caatinga, geram renda e se fortalecem em um trabalho digno, com tempo para lazer e descanso.



Acervo Centro Sabia

Da adaptação climática à Convivência com o Semiárido: tecnologias sociais na Caatinga

Na região Agreste de Pernambuco, no município de Vertentes, na comunidade do sítio Caruá, vive a família de José Severino de Lima, mais conhecido como Seu Zé, e Cilene Luzinete da Silva Lima, Dona Cilene, com seus dois filhos, Estefany e Junior.

A propriedade onde a família mora foi comprada em 2008 e, desde a chegada deles, o abastecimento de água era um desafio. A água era comprada e vinha de um poço artesiano no povoado vizinho, que fica a dois quilômetros de distância da moradia de Seu Zé e Dona Cilene. Por isso, a vontade de plantar hortaliças e aumentar a produção de alimentos não conseguiu sair do papel nos primeiros anos.

Em 2012, a família recebeu uma cisterna de 16 mil litros, cuja água, captada da chuva, é utilizada para consumo próprio e para a preparação de alimentos. Em 2018, com a chegada do projeto Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), executado pelo Centro Sabiá, Seu Zé e Dona Cilene foram contemplados com a cisterna calçadão de 52 mil litros, própria para a produção de alimentos.

A obtenção dessas tecnologias sociais eliminou a necessidade de buscar água no poço e permitiu a produção agrícola no quintal. Além do acesso à água, a família recebeu assistência técnica para cuidar do solo, do plantio, da colheita e para armazenar água e sementes. As crianças também participam do cuidado com a terra e do cultivo de alimentos, utilizando uma abordagem agroecológica, livre de agrotóxicos e espécies geneticamente modificadas.

A família mantém uma horta que alimenta o lar e gera excedentes para venda na comunidade, e cuidam de um Sistema Agroflorestal em expansão, que ajuda a refrescar o ambiente durante as tardes quentes da região. Além do cultivo de milho, feijão, abóbora, mandioca, coentro, alface, couve, rúcula, salsa, beterraba, cebolinha, espinafre, ervilha, alcachofra, jiló e abacaxi, Seu Zé e Dona Cilene criam galinhas e abelhas. As sementes dessas culturas são preservadas no próprio banco de sementes da família, construído por meio de trocas com outros agricultores e organizações.

As plantações são irrigadas através do Sistema de Reúso de Águas Cinzas (RAC), que filtra a água usada na casa e a devolve à natureza, reduzindo o impacto ambiental e o desperdício de água, ao mesmo tempo em que fornece nutrientes essenciais para as plantas.

O conjunto destas tecnologias de adaptação climática permitem que a família viva em convivência com a natureza, possibilitando qualidade de vida e geração de renda. Os agricultores da Caatinga demonstram como é possível viver com dignidade em condições climáticas adversas, através de tecnologias e saberes ancestrais.



Juliana Peixoto

Macaxeira: memória, alimento e resistência no Semiárido

A sete quilômetros de Caruaru, a capital do Agreste pernambucano, fica localizada a comunidade Serrote dos Bois, onde famílias agricultoras desenvolvem o cultivo de variedades de macaxeira e a produção de farinha.

Há quase duas décadas, a comunidade se organizava a partir da produção de batata, ao redor da Associação dos Produtores de Batatinha de Caruaru (Aprobaca), fundada em 1985 para apoiar as famílias agricultoras na produção da cultura. No entanto, com as mudanças climáticas, a quantidade de água necessária para cultivar batatinha se tornou inviável.

Diante desse contexto, os agricultores tiveram que adaptar sua produção às novas temperaturas, optando por substituir a batatinha pela macaxeira, um alimento nativo do Norte e Nordeste do Brasil e, portanto, mais adaptado ao clima Semiárido e resiliente às

altas temperaturas.

Entre as variedades de macaxeira produzidas na comunidade estão a cacau, rosinha, rosa legítima, manteiga, branca e pipoquinha. Essas sementes crioulas foram obtidas através das gerações de agricultores e de trocas entre as famílias, fortalecendo a preservação das variedades locais e a geração de alimentos com qualidade nutricional.

Atualmente, a macaxeira serve de matéria-prima para muitos outros alimentos, como farinha, beiju, tapioca, massa puba, bolos e picolés. Esse processo acontece dentro das cinco Casas de Farinha ativas no Serrote dos Bois, um número simbólico, considerando que antes cada família tinha sua própria.

Apesar disso, os agricultores continuam a resistir às mudanças climáticas, manejando a macaxeira agroecologicamente e se reunindo na Aprobaca. A Associação é importante para fortalecer a organização na comunidade, ao colaborar com a troca de experiências produtivas e a ampliação das oportunidades de mercado e de acesso às políticas públicas. É representando a associação que os agricultores comercializam seus produtos na Feira da Agricultura Familiar de Caruaru.

Entretanto, os agricultores do Serrote dos Bois se preocupam com a possibilidade de uma nova adaptação. Com o aumento das temperaturas e os regimes de chuva desequilibrados, a produtividade do cultivo de macaxeira vem sendo fortemente afetada, deixando a seguinte reflexão: até que ponto conseguiremos nos adaptar às mudanças climáticas?



Acervo da Escola dos Ventos

Quando o vento sopra contra: a experiência da Escola dos Ventos para a transição justa na caatinga

No município de Caetés, no agreste de Pernambuco, comunidades rurais vivem há quase uma década sob os fortes impactos da instalação de usinas de energia eólica. O que deveria ser sinônimo de “energia limpa” tem se tornado, na prática, uma experiência de despossessão, insegurança e sofrimento para muitas famílias agricultoras.

As turbinas foram erguidas próximas às casas, algumas a menos de 180 metros de distância, provocando barulho constante e vibrações que racham paredes e colocam em risco a estrutura das moradias. Famílias inteiras tiveram de deixar suas terras e migrar para a cidade, rompendo vínculos com a agricultura, enquanto outras permanecem em

condições degradantes. Até mesmo aquelas que nunca receberam turbinas em suas propriedades estão sendo atingidas pelo ruído incessante e pelos transtornos cotidianos. O poder público, por sua vez, tem mostrado pouca ou nenhuma sensibilidade diante da gravidade desses problemas, deixando as comunidades sozinhas em sua luta.

É nesse cenário que surge a Escola dos Ventos, criada por agricultores familiares do agreste pernambucano em 2023, como um espaço de articulação política, formação crítica e resistência. Inspirada no método freiriano de “ver, julgar e agir”, a Escola promove encontros periódicos nas casas dos agricultores, em que os participantes observam, refletem e agem coletivamente frente às injustiças causadas pela chegada dos complexos eólicos. Ela reúne famílias impactadas, militantes da agroecologia, da cultura popular e do movimento campestino, além de parceiros como a Comissão Pastoral da Terra, a Fiocruz e a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Agroecologia da Universidade de Pernambuco (REMISCA/UPE).

Durante a visita de campo, será possível compreender de perto os efeitos dessa chamada “energia limpa”. Vamos conhecer casas rachadas, reconstruídas ou em degradação; escutar o barulho ensurdecedor das turbinas que atravessa os dias e as noites das famílias; e dialogar diretamente com agricultores e agricultoras que resistem no território. Essas experiências tornam visível o quanto a transição energética, quando feita sem diálogo, participação e justiça social, pode se transformar em mais uma forma de violência contra os povos do campo.

A Escola dos Ventos, além de denunciar, também acolhe, celebra e fortalece os laços comunitários. Em sua trajetória, já organizou protestos e participou de intercâmbios campestinos nacionais, mostrando que a luta por uma transição energética justa e regulada é parte fundamental da defesa da vida no Semiárido. A história de agricultores como Simão Salgado, que foi obrigado a deixar sua terra e se mudar para a cidade por problemas de saúde causados pelas turbinas, é um exemplo vivo da urgência desse debate.

Mais do que discutir megawatts, a Escola dos Ventos nos convoca a refletir: energia limpa para quem? E a que custo para os territórios e para a dignidade das famílias sertanejas?



Rafaela Barros

Trocas de sementes e de saberes no Semiárido: estratégia de resistência em rede

Na região Agreste de Pernambuco, agricultores familiares, organizações sociais e técnicos rurais se articulam para defender a continuidade das sementes crioulas, através da Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede SEMEAM).

A Rede foi criada em 2015, no âmbito da 2ª Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco, organizada pelo Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) em parceria com a sociedade civil e instâncias governamentais, com o objetivo de resguardar o conhecimento e variedades genéticas nativas da Caatinga. Nesta época, a região passava por uma seca desde 2011, e os atores sociais perceberam que a falta de

chuvas poderia acarretar a perda das sementes locais e dos conhecimentos associados à manutenção delas.

Através da articulação entre instituições, movimentos sociais, organizações, povos indígenas, quilombolas, pesquisadores e militantes da agroecologia, a Rede SEMEAM se tornou um espaço de conscientização, mobilização social, preservação de materiais e saberes ancestrais e empoderamento do campesinato. Nesse sentido, uma das suas ações mais importantes é a criação de Bancos de Sementes (BMS) e assistência técnica aos guardiões, onde os agricultores se articulam, guardam, trocam e multiplicam as variedades genéticas que possuem.

Além disso, a Rede SEMEAM realiza, anualmente, o Seminário de Sementes Crioulas, um evento itinerante que acontece no primeiro semestre em cidades diferentes a cada edição. Esse evento tem o objetivo de levar para cada município do Agreste a discussão acerca da preservação das variedades crioulas, compartilhar experiências de diferentes territórios e fortalecer laços com parceiros espalhados pela região. No segundo semestre, na sede do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), em Garanhuns, acontece a Feira de Troca de Sementes Crioulas, um evento anual em que guardiões de sementes de Pernambuco se encontram para compartilhar sementes, conhecimentos experiências e afeto.

O papel da Rede SEMEAM enquanto articuladora de bancos de sementes, assim como de guardiões de diferentes territórios, se fortalece desde os mutirões coletivos de plantio, colheita e beneficiamento de sementes, até na realização de reuniões e eventos em que esses guardiões podem trocar seus saberes e estratégias de manutenção das atividades das casas de sementes comunitárias. Todos os processos que envolvem o cultivo das sementes e as relações que formam essa rede são vivenciadas no cotidiano dos agricultores, fortalecendo a identidade de guardiões de sementes.

Um exemplo disso é o Banco Municipal de Sementes Crioulas de Jucati, localizado no agreste pernambucano, e idealizado em 2018, após a realização do 2º Seminário de Sementes Crioulas da Rede SEMEAM. A inauguração aconteceu na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jucati, onde os agricultores se reuniam para discutir a importância da conservação das sementes crioulas e se capacitar para a gestão e formação do estoque inicial de variedades. O Banco empodera as agricultoras e agricultores a partir das trocas de conhecimento e de variedades genéticas, ajuda na preservação da biodiversidade agrícola local e reforça o papel da agroecologia no cultivo de alimentos saudáveis.



Acervo Quilombo Estivas

Mulheres Negras e a Luta por Justiça Climática no Agreste de Pernambuco

A Caatinga é um bioma vivo, particular do Brasil, e repleto de particularidades nele mesmo. Os municípios localizados no Planalto da Borborema, situados a mais de 800 metros acima do nível do mar, no Agreste, são pontos fora da curva do que é frequentemente associado à Caatinga, como as altas temperaturas e a escassez de chuvas. Em Garanhuns, por exemplo, o microclima de brejo de altitude possibilita temperaturas mais frias que o restante do bioma. É nesta cidade, mais especificamente no Quilombo Estivas, onde mulheres negras são exemplos potentes da luta pela justiça climática em Pernambuco.

Os Quilombos Castainho e Estivas são constituídos pelos descendentes de dois importantes quilombos que existiram no Planalto da Borborema e na Serra da Barriga, em Alagoas, respectivamente: o Magano e o Palmares. Após a destruição de ambos os territórios, no final do século XVII, os sobreviventes migraram para estes dois novos quilombos..

Formada por 500 famílias, a comunidade se destaca pelo plantio de hortaliças e a construção de quintais produtivos, que contribuem para a qualidade do solo e a produção de alimentos nutritivos e agroecológicos. Entre os produtos cultivados pelo Quilombo estão o coentro, cebola, alface, couve-flor, macaxeira, batata-doce, feijão e milho, além da criação de abelhas nativas, peixe e porcos que vem sendo expandida através de políticas públicas de incentivos rurais.

Esse trabalho acontece tanto individual quanto coletivamente, nos quintais e na horta mandala gerida pelas mulheres do território, abastecidos pela água captada pelas cisternas. A comercialização da produção é realizada por meio de feiras livres e em mercados institucionais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além do trabalho no campo, cada aspecto da vida nas comunidades camponesas e tradicionais é integrado culturalmente. Os Quilombos Estivas desenvolvem múltiplas faces da arte: o artesanato, a música e a dança, integrando mulheres e jovens às tradições. A principal articuladora dessas atividades é Dona Zeza do Coco, uma liderança local que organizou a associação Guerreiras Quilombolas do Castainho, que engaja mulheres em projetos de dança, agricultura e artesanato sustentável; e o Espaço Cultural Zeza do Coco, onde jovens de todas as idades têm aulas de Coco, percussão e contação de histórias sobre a identidade quilombola e as questões climáticas.

O trabalho das Guerreiras Quilombolas é um modelo de resiliência política e adaptação climática, utilizando saberes ancestrais para lutar pelo bem-viver no território. As associadas participam de formações sobre clima, recebem intercâmbios de experiências e discutem pautas de defesa do território, como a questão da demarcação quilombola – imprescindível para a preservação da terra e da cultura – e a manutenção dos saberes tradicionais, envolvendo o manejo do solo, o conhecimento de plantas medicinais e a convivência com o Semiárido.

Apesar das dificuldades em relação às mudanças climáticas, com o aumento das temperaturas, a imprevisibilidade das chuvas e o desaparecimento de algumas espécies vegetais nativas, a agricultura quilombola nos ensina sobre a convivência com o Semiárido, manejando os recursos naturais de forma sustentável, e sobre a adaptação ao clima, por meio da gestão consciente da água.



Inês Campelo/Marco Zero Conteúdo

Encantamento e resistência: a “cosmoagricultura” Xukuru

Localizado na Serra do Ororubá, na região Agreste de Pernambuco, vive o povo Xukuru do Ororubá, cujo nome remete ao pássaro Uru e à árvore Ubá, reforçando sua relação sagrada com os animais e a mata.

O povo árvore-passarinho, como se denominam, possui a agricultura como a base de sua espiritualidade. É a partir da agricultura tradicional e sagrada, que eles promovem a cultura do encantamento, uma forma de cultivar a memória ancestral e, assim, fazer a história da comunidade. Nesse sentido, o roçado é “um meio para a floresta, e nunca um fim”, como destacou a liderança Iran Neves Xukuru.

Inspirados no vento e nos pássaros, mestres do plantio e do manejo da floresta, o povo Xukuru vive a filosofia da dispersão de sementes para restauração da mata.

Sementes da terra, de luta, de resistência, de saberes e das encantarias. Todas elas convergem no banco de sementes Xukuru, onde funciona também um centro de formação, ponto de encontro de guardiões e da partilha da pedagogia ancestral. Além disso, também pontuando a cosmopoética do regresso do povo-passarinho à floresta, o viveiro de mudas Uru Ubá produz 20 mil brotos por ano, cujas sementes são adquiridas em viveiros naturais do território Xukuru. Através desse trabalho, os indígenas põem em prática a “didática de árvore e a pedagogia de pássaro”.

A agricultura de subsistência é praticada entre a comunidade, as famílias e em coletivos, como o Jupago Kreká, realizando um trabalho regenerativo, de defesa da terra e de cuidados e encanto-manejo da floresta. A produção é diversa, adaptada a cada microclima existente na Serra do Ororubá: o brejo de altitude no alto, a zona de transição no vale do rio Ipojuca e o semiárido na parte baixa.

No alto da Serra, onde o clima é mais arejado e com maior disponibilidade de água, há o cultivo de hortaliças, frutas de época e a lavoura de sequeiro, que compreende o milho, diferentes tipos de feijão e a macaxeira. Além disso, há forte criação de galinhas, ovinos e bovinos, para produção de leite e de corte. No vale do Ipojuca, há a agricultura irrigada pelo rio, com foco na cultura de sequeiro e na criação de caprinos. Na zona semiárida, estes sistemas produtivos se somam à criação bovina.

Anteriormente, apenas as famílias que moravam na parte baixa da serra utilizavam sistemas de captação de água para abastecer a produção. Porém, com a intensificação das mudanças climáticas, até mesmo no alto da Serra já se faz necessário o uso de cisternas para uso doméstico e para produção. Outras tecnologias utilizadas pelo povo Xukuru são as ancestrais, que tratam do manejo da paisagem e do seu encantamento, se relacionando com os seres da floresta e a observação desta através do silêncio interior. Esta é a filosofia do Longy-abaré, que significa observar o silêncio interior e, dessa forma, se concentrar para ouvir os conhecimentos da floresta e dos seres que a constituem.

Apesar dos impactos das mudanças climáticas, o povo Xukuru do Ororubá carrega consigo o ensinamento de que tudo que é vivo é regenerativo. Eles são seres regenerantes, curandeiros da Terra, porque plantam árvores e estão atentos às mudanças, para agir junto aos outros seres da floresta na luta por paisagens saudáveis e produtoras de novos mundos.

PROGRAMAÇÃO

Quarta-feira (01/10/2025)

- 14h às 18h ● Plenária Vozes dos Biomas Rumo a COP 30 com Enviadas Especiais nos temas de Direitos Humanos e Transição Justa, Mulheres e Igualdade Racial e Comunidades Urbanas Marginalizadas
Local: Centro de Formação Paulo Freire, Normandia, Caruaru/PE
Atividade restrita para organizações convidadas do Bioma Caatinga

Quinta-feira (02/10/2025)


- 8h às 11h ● Visita de campo e sessões imersivas (Todas as visitas são seguidas de sessões de debates nos locais das visitas)
- Mulheres agricultoras retomaram o trabalho no campo após anos na indústria têxtil, unindo-se em associação para acessar políticas públicas como PAA e PNAE. Hoje produzem e comercializam alimentos agroecológicos que fortalecem a renda, a autonomia feminina e a segurança alimentar. Sua experiência mostra resiliência frente às mudanças climáticas.
Local: Sítio Carneirinho - Caruaru/PE
Sessão "Equidade de Gênero e enfrentamento às mudanças climáticas na Caatinga»
- Agricultores substituíram a batatinha pela macaxeira, mais adaptada ao Semiárido, produzindo farinha e derivados, mas já sentem os impactos das mudanças climáticas na produtividade.
Local: Sítio Serrote dos Bois - Caruaru/PE
Sessão "Sistemas alimentares tradicionais e a [raiz] da adaptação climática»
- Com tecnologias sociais de adaptação climática, a família transformou a escassez de água em oportunidade de produção agroecológica diversificada. Hortas, SAFs e criação de animais garantem alimentos saudáveis, renda e qualidade de vida. Sua experiência inspira uma convivência digna com o Semiárido em tempos de crise climática.
Local: Vertentes/PE

| | | |
|------------|---|--|
| | ● | Sessão "Do Fórum Seca à COP30: o pioneirismo das tecnologias sociais como ferramenta de adaptação e convivência com o semiárido" |
| 12h às 14h | ● | Almoço |
| 15h às 17h | ● | Plenária Oficial do Evento Local: Centro de Formação Paulo Freire, Normandia, Caruaru/PE |
| 19h às 22h | ● | Arraiá da Adaptação: confraternização temática, com muito forró e uma feirinha de produtos locais Local: Centro de Formação Paulo Freire, Normandia, Caruaru/PE |

Sexta-feira (03/10/2025)

| | | |
|-----------|---|--|
| 9h às 15h | ● | <p>Visita de campo e sessões imersivas (Todas as visitas são seguidas de sessões de debates nos locais das visitas)</p> <p>Visita à Escola dos Ventos: experiência de famílias agricultoras que enfrentam os efeitos da instalação de parques eólicos em sua comunidade Local: Caetés/PE</p> <p>Sessão "O vento que sopra contra: existe um meio de implementação de energias renováveis que não perpetue as desigualdades?"</p> <p>Visita ao Quilombo Estivas: experiência de ancestralidade, resistência e protagonismo feminino. Local: Garanhuns/PE</p> <p>Sessão "De Palmares ao Agreste de Pernambuco: A luta do povo quilombola por terra, direitos e justiça em tempos de crise climática»</p> <p>Visita ao Banco Municipal de Sementes: experiência que fortalece agricultores/as na troca de sementes crioulas e na preservação da biodiversidade e da paisagem agrícola Local: Jucati/PE</p> <p>Sessão "Roçados da Resistência: Sementes crioulas, agroecologia e restauração de paisagens agrárias tradicionais".</p> <p>Visita aos Territórios Indígenas Xukuru do Ororubá: experiência de adaptação e mitigação a partir dos saberes ancestrais da agricultura indígena Xukuru Local: Pesqueira/PE</p> <p>Sessão "Saberes indígenas e a ancestralidade como solução para a crise</p> |
|-----------|---|--|

Sábado (04/10/2025)

- 
- 10h às 13h ● Plenária de Encerramento da Caatinga Climate Week com a participação dos povos indígenas de Pernambuco
Local: Ecosystem Catimbau, Parque Nacional do Vale do Catimbau, Buíque/PE
 - 13h às 15h ● Almoço
 - 15h às 21h ● Retorno da Comitativa à Cidade do Recife

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

O Guia do Participante da Caatinga Climate Week é uma publicação do Centro Sabiá e do Instituto Socioambiental, com o apoio da Cáritas Alemã, Instituto Imbuzeiro, IDH, Fundação Avina e Heks Eper.

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DO CONTEÚDO:

Carlos Magno Moraes

TEXTOS:

Carlos Magno Moraes, Darliton Silva, Juliana Peixoto, Rafael Giovanelli, Raquel Kariri e Bárbara Bittencourt

FOTOS:

Inês Campelo/Marco Zero Conteúdo, acervo pessoal das/os agricultoras/es, Rafaela Barros e Acervo Centro Sabiá

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO:

Darliton Silva e Bárbara Bittencourt

OUTRAS COLABORAÇÕES:

Natália Porfírio, Alexciane Lima, Elivânia Leal, Igor Travassos, Deborah Vasconcelos, Demetrius Falcão, Iris Maria Silva, Wellington Gouveia, Edineide Oliveira, Antônio Cavalcanti Jr.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Kelen Linck

IMPRESSÃO:

Gráfica Provisual

TIRAGEM:

500 exemplares



Acesse nosso site!

www.caatingaclimateweek.org.br





CAATINGA

CLIMATE WEEK

Realização:



Instituto
Socioambiental

Apoio:



idh

